

TRABALHO DOCENTE E RESISTÊNCIA CULTURAL: A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA FRENTE AO NEGACIONISMO CIENTÍFICO

Josiane de Kassia Marmentini*

João Carlos da Silva**

RESUMO

Este artigo analisa os impactos do negacionismo sobre a práxis docente, inserida nas contradições do modo de produção capitalista, que transforma a educação em mercadoria. A partir da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), discute-se a formação que recusa a neutralidade pedagógica e assume um compromisso político com a emancipação humana como forma de resistência. A discussão adota a abordagem qualitativa e análise teórico-bibliográfica, articulando a crítica das condições objetivas do trabalho docente à defesa da escola como espaço de mediação entre os sujeitos e o saber historicamente produzido. A formação docente crítica é condição indispensável para enfrentar as desigualdades estruturais e afirmar o conhecimento científico como instrumento de resistência em defesa de direitos.

Palavras-chave: Formação de professor; Emancipação; Anticiência; Práxis.

* ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6986-6339>. E-mail: josiane.marmentini@hotmail.com

** ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9322-8754>. E-mail: joao.silva@unioeste.br

TEACHING WORK AND CULTURAL RESISTANCE: HISTORICAL-CRITICAL PEDAGOGY IN THE FACE OF SCIENTIFIC DENIALISM

Abstract

This article analyzes the impacts of denialism on teaching practice, inserted in the contradictions of the capitalist mode of production, which transforms education into a commodity. Based on Historical-Critical Pedagogy (HCP), we discuss training that rejects pedagogical neutrality and assumes a political commitment to human emancipation as a form of resistance. The discussion adopts a qualitative approach and theoretical-bibliographical analysis, articulating the critique of the objective conditions of teaching work with the defense of the school as a space of mediation between subjects and historically produced knowledge. Critical teacher training is an indispensable condition for confronting structural inequalities and affirming scientific knowledge as an instrument of resistance in defense of rights.

Keywords: Teacher training; Emancipation; Anti-science; Praxis.

TRABAJO DOCENTE Y RESISTENCIA CULTURAL: PEDAGOGÍA HISTÓRICO-CRÍTICA ANTE EL NEGACIONISMO CIENTÍFICO

Resumen

Este artículo analiza los impactos del negacionismo en la práctica docente, inserto en las contradicciones del modo de producción capitalista, que transforma la educación en una mercancía. Con base en la Pedagogía Histórico-Crítica (PHC), abordamos una formación que rechaza la neutralidad pedagógica y asume un compromiso político con la emancipación humana como forma de resistencia. La discusión adopta un enfoque cualitativo y un análisis teórico-bibliográfico, articulando la crítica de las condiciones objetivas del trabajo docente con la defensa de la escuela como espacio de mediación entre los sujetos y el conocimiento históricamente producido. La formación crítica del profesorado es una condición indispensable para afrontar las desigualdades estructurales y afirmar el conocimiento científico como instrumento de resistencia en defensa de los derechos.

Palabras clave: Formación docente; Emancipación; Anticiencia; Praxis.

1 INTRODUÇÃO

O cenário educacional brasileiro caracteriza-se por retrocessos nas políticas públicas, desvalorização do magistério e o avanço do negacionismo científico, fenômeno que incide diretamente sobre o campo educacional. A banalização do conhecimento e a disseminação de discursos anticientíficos, bem como a rejeição das evidências historicamente construídas pela humanidade, têm comprometido a atuação docente e o papel social da escola pública. Essa conjuntura configura um processo de fragilização das instituições educacionais, impondo desafios complexos aos professores e demandando respostas teóricas e práticas compatíveis com os ataques ao pensamento crítico e à ciência.

Nesse contexto, a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), elaborada por Dermeval Saviani, apresenta-se como um instrumento teórico-metodológico para sustentar uma educação comprometida com a emancipação humana. Ancorada no materialismo histórico-dialético, a PHC destaca a centralidade do conhecimento sistematizado na formação dos sujeitos, defendendo que a prática pedagógica deve viabilizar a apropriação crítica dos saberes científicos, filosóficos e artísticos historicamente acumulados. Tal apropriação constitui-se, segundo Saviani (2003, p. 45), em “mediação essencial para a apropriação dos conhecimentos sistematizados e para a transformação das condições concretas de existência dos sujeitos históricos”.

Portanto, essa discussão se mostra relevante ao ressaltar a educação enquanto ação social com potencial de mudança, e a capacitação de professores como um ambiente de oposição cultural e política. Destaca-se, neste contexto, o papel essencial do educador como um elo entre o conhecimento estruturado e os alunos, preparado a combater o ceticismo em relação à ciência, munido de ética e um compromisso com a evolução do ser humano.

Abordamos inicialmente o cenário atual da educação brasileira, com ênfase nos retrocessos recentes, no avanço do negacionismo científico e na crescente desvalorização do magistério, elementos que afetam diretamente o cotidiano escolar e a prática docente. Em um segundo momento, apresentamos a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) como referencial teórico-metodológico capaz de fundamentar uma educação crítica e emancipadora, destacando o papel da escola e dos professores como agentes de resistência frente aos ataques à ciência e à escola pública. Por fim, refletimos sobre a função social da escola pública como espaço de resistência e transformação, enfatizando sua importância na formação de sujeitos históricos, críticos e conscientes.

O presente caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica, ancorada nos pressupostos da PHC. A investigação fundamenta-se na análise crítica da literatura, objetivando compreender os desafios da formação docente diante do avanço do negacionismo científico e da crescente desvalorização da educação crítica no contexto contemporâneo.

A opção por essa abordagem metodológica justifica-se pela necessidade de aprofundar a reflexão crítica acerca dos fundamentos da prática pedagógica, buscando ultrapassar o senso comum e os discursos hegemônicos que despolitizam o trabalho docente. Essa metodologia possibilita a sistematização

de conceitos e categorias centrais tais como conhecimento sistematizado, resistência cultural, formação crítica e papel político do professor, constituindo uma base teórica sólida para o enfrentamento das problemáticas abordadas.

2 EDUCAÇÃO BRASILEIRA: NEGACIONISMO CIENTÍFICO E DESVALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

A formação docente no Brasil enfrenta desafios estruturais profundos, especialmente ligados às condições materiais e institucionais do exercício profissional. Um dos principais fatores que afetam diretamente essa formação é a jornada excessiva de trabalho, frequentemente adotada pelos professores para compensar a precarização salarial. Essa realidade limita o tempo disponível para o estudo sistemático e a participação em atividades formativas, prejudicando a práxis pedagógica mesmo em casos de professores com formação inicial adequada. Conforme Saviani (2009), a desconexão entre as exigências da prática docente e as condições concretas de trabalho constitui um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento de uma formação crítica e emancipadora.

A construção da profissionalidade docente ocorre em meio a relações de poder, exigências institucionais e lutas por reconhecimento. Ser professor, nesse contexto, significa estar inserido em um campo de embates constantes entre projetos formativos divergentes, entre a precarização do magistério e a resistência cotidiana que caracteriza o exercício da docência. Conforme destacado por Arroyo (2013, p. 9):

Somos forçados ou optamos por mudar por sermos outros como profissionais do magistério, submetidos a políticas e diretrizes, a condições de trabalho, carreira e salários, a avaliações, relações sociais e interesses políticos. Somos nós mesmos resultado das tensas relações em que a educação e nosso trabalho estão inseridos. Resultado das novas fronteiras onde disputamos reconhecimento como sujeitos de tantos direitos ainda negados.

Desde a década de 1990, políticas influenciadas pelo neoliberalismo têm promovido cortes orçamentários e a precarização das condições de trabalho, afetando diretamente a qualidade da educação pública. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022), os salários dos professores brasileiros permanecem, em média, abaixo da média salarial nacional, e as jornadas excessivas, associadas à falta de infraestrutura adequada, contribuem para a baixa atratividade da carreira e alta rotatividade docente.

Além disso, a fragilização das instituições públicas de ensino se manifesta na limitação da autonomia escolar e na intensificação da burocratização do trabalho pedagógico. O aumento das avaliações externas tem transformado o papel do professor, restringindo a exploração de conteúdos críticos e contextualizados. Duarte (2007) destaca que a escassez de políticas eficazes de formação continuada compromete a atualização pedagógica e a reflexão crítica, essenciais para enfrentar os desafios contemporâneos.

Nesse sentido, Arroyo (2013, p. 27) denuncia o caráter restritivo das avaliações externas, que impõem “imperativos categóricos para retomar a função de aulistas, repassadores de conteúdos, treinadores de

competências que garantam bons resultados dos alunos”. Essa lógica reducionista transforma o professor em mero transmissor técnico de conteúdos para exames padronizados, limitando sua capacidade de promover uma educação crítica e transformadora. O autor alerta que tais políticas representam “um lamentável movimento de marcha a ré na história da nossa educação” (Arroyo, 2013, p. 104).

Diante de tal panorama, a escola pública emerge como uma resistência cultural e política de fundamental importância. Conforme Frigotto em 2017, ressaltar a educação pública e a nobre profissão docente, eis que se apresenta fundamental para construir uma sociedade mais justa e democrática. Ressaltar o comprometimento ético-político da escola e de seus mestres mostra-se indispensável, para confrontar o negacionismo científico e as influências ideológicas, as quais colocam em risco a formação de cidadãos críticos, e com uma sólida consciência histórica.

O investimento público na educação tem sofrido reduções reais em vários períodos recentes, afetando diretamente a infraestrutura, os materiais pedagógicos e os programas de apoio às escolas públicas (FNDE, 2023). Paralelamente, reformas curriculares como a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) têm sido alvo de críticas por sua ênfase na formação para o mercado, em detrimento do desenvolvimento do pensamento crítico e da consciência histórica (Frigotto, 2017).

Outro desafio contemporâneo é o avanço do negacionismo científico, que se intensificou especialmente durante e após a pandemia de Covid-19. A disseminação de informações falsas e a rejeição das evidências científicas impactaram o debate público e o ambiente escolar, dificultando o trabalho docente na mediação do conhecimento sistematizado. Saviani (2003) resalta que a apropriação crítica do conhecimento acumulado historicamente é fundamental para a emancipação humana, e que o negacionismo fragiliza essa possibilidade, transformando a escola em um campo de disputa ideológica acirrada.

No atual contexto de crise de legitimidade das instituições científicas, o negacionismo científico configura-se como uma estratégia político-cultural para desvalorizar o conhecimento sistematizado, substituindo-o por crenças infundadas e interesses particulares. Silva (2023, p. 12) destaca que esse fenômeno “procura defender o indefensável: a valorização cega da ignorância e do ‘achismo’ em detrimento do conhecimento científico, com o objetivo de confundir e manipular a opinião pública”.

Essa negação do conhecimento repercute negativamente em diversas áreas do currículo, prejudicando a função social da escola enquanto espaço de formação crítica e democrática, além de restringir a autonomia docente. Frente a esses desafios, torna-se imperativo adotar referenciais teórico-metodológicos que fundamentem práticas pedagógicas críticas e emancipadoras.

É nesse contexto que a PHC se destaca como abordagem sólida, oferecendo instrumentos para compreender e orientar a formação docente e o papel da escola pública na promoção de uma educação comprometida com a emancipação humana e a superação das desigualdades sociais.

A PHC, elaborada por Dermeval Saviani em 1979, emergiu no contexto da redemocratização brasileira pós-ditadura militar como uma proposta crítica aos modelos pedagógicos hegemônicos. Fundamen-

tada no materialismo histórico-dialético, a PHC compreende a educação como uma prática social e política, inserida nas contradições inerentes à sociedade capitalista. Nesse sentido, seus pressupostos pretendem alcançar os interesses da classe trabalhadora visando à valorizando a escola pública e a apropriação do conhecimento científico (Silva, 2018, p. 23).

Orso (2024, p. 99) destaca que Saviani, ao formular a PHC, “observa o que ocorre ao seu redor, analisa o passado e mira o futuro”, entendendo a educação não como ato neutro, mas como prática intencional e historicamente situada, orientada para a transformação social. Assim, a PHC se posiciona contra o esvaziamento dos conteúdos escolares, reafirmando a educação como instrumento de emancipação social por meio da apropriação crítica dos conhecimentos historicamente produzidos (Saviani, 2021).

Saviani (2021, p. 67) alerta para os riscos de a escola não garantir o acesso universal ao saber sistematizado, o que reforça barreiras sociais e culturais, bloqueando a formação da consciência crítica dos sujeitos. Para Saviani: “o saber sistematizado continua a ser propriedade privada a serviço de um grupo dominante” (p. 67), o que impede a ascensão dos trabalhadores ao nível de elaboração do conhecimento, apesar de sua contribuição prática para sua produção.

No âmbito da formação docente, a PHC compreende o professor como sujeito histórico inserido nas contradições sociais e nas relações de produção capitalistas, que não pode ser reduzido a mero executor do currículo estabelecido pelas classes dominantes. O professor deve assumir sua condição de agente político e social, consciente da função ideológica que exerce na reprodução ou na transformação das estruturas sociais. A mediação pedagógica, portanto, deve promover a apropriação crítica do conhecimento científico, entendido como produto histórico-social resultado da luta de classes, e estimular o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes. Tal mediação exige uma formação contínua que articule dialeticamente teoria e prática, incorporando dimensões técnicas, pedagógicas e políticas, de modo a preparar os docentes para enfrentar as contradições do sistema capitalista e para contribuir na construção de uma consciência crítica que possibilite a transformação da realidade social (Saviani, 2003).

Além disso, a prática pedagógica, conforme a PHC, deve considerar as condições concretas de existência dos sujeitos e as relações sociais que permeiam o ambiente escolar. Essa prática orientada para a transformação da realidade social busca formar indivíduos críticos, capazes de atuar conscientemente na sociedade (Frigotto, 2017).

A partir dessa perspectiva, a PHC configura-se como um referencial teórico-metodológico para repensar a formação docente e a prática pedagógica diante dos desafios atuais, como o negacionismo científico, a precarização do magistério e as persistentes desigualdades sociais. Ao articular teoria e prática, a PHC reafirma a educação como campo de disputa ideológica e possibilidade concreta de emancipação humana, por meio da apropriação crítica do conhecimento e do fortalecimento da consciência histórica e social.

Nesse contexto, torna-se imprescindível aprofundar a reflexão sobre os efeitos do negacionismo e do obscurantismo na sociedade contemporânea, especialmente no que tange ao enfraquecimento do pensamento crítico e ao avanço da desinformação. Na próxima seção, abordaremos como essas manifes-

tações têm impactado o debate público e o desenvolvimento da consciência coletiva. Analisaremos também o papel fundamental da educação como instrumento de combate à desinformação e de promoção de uma sociedade mais consciente, informada e democrática.

3 NEGACIONISMO, OBSCURANTISMO E EDUCAÇÃO

Segundo o Dicio online (2025), negacionismo remete à Ideologia de quem nega, não aceita um fato comprovado, documentado com evidências científicas. Seu sinônimo está associado também ao revisionismo:

Teorias da conspiração, sucos detox, Terra plana, cura quântica...Ao nos deparar com esses temas nas *timelines* de nossas redes sociais, temos a impressão de estarmos recebendo conteúdo sobre “crendices” da era medieval. Contudo, é cada vez mais comum vermos notícias com teor duvidoso, e aquilo que parecia ser uma opinião minoritária, restrita a pequenos grupos, hoje tem espaço em telejornais, conversas cotidianas e até influenciado decisões políticas (Moraes; Carneiro, 2018, p.189, grifos dos autores).

Um dos motivos para o crescimento dessas teorias é a facilidade de disseminação proporcionada pela “internet” e pelas redes sociais. Muitas vezes, essas informações são compartilhadas sem qualquer verificação ou análise crítica, contribuindo para a sua popularização.

Muitas pessoas são atraídas por essas teorias porque elas oferecem explicações simples e fáceis diante de problemas considerados complexos e difíceis de compreensão. Também podem oferecer uma sensação de controle ou poder em uma época em que muitas pessoas se sentem impotentes diante dos desafios enfrentados pela sociedade.

No entanto, é importante lembrar que essas teorias são frequentemente baseadas em informações falsas, crenças infundadas e especulações sem evidências científicas. Ao aceitá-las sem questionamento, estamos abrindo mão da nossa capacidade de pensar criticamente e de tomar decisões informadas com base em fatos comprovados. A ciência busca entender o mundo natural e as leis que o regem por meio da observação, experimentação e análise crítica. Ela não se baseia em opiniões ou verdades, mas sim em evidências objetivas que são constantemente revisadas e atualizadas à medida que surgem novas informações.

O negacionismo, por outro lado, nega ou desvaloriza essas evidências científicas e históricas comprovadas. Isso pode ocorrer por diversas razões, incluindo crenças pessoais, interesses políticos ou econômicos e até mesmo desinformação. De acordo com Pasternak e Orsi, (2021, p. 167): “A palavra “negacionismo” surgiu para designar um movimento muito específico, o de negação do Holocausto, o assassinato em ritmo industrial de seis milhões de judeus pelo governo nazista da Alemanha entre 1941 e 1945” (grifos dos autores).

A negação da ciência, a negação da história, também é desumana, pois diminui a importância dos acontecimentos históricos de uma determinada época, e isso pode ter consequências graves, o holocausto negado, ou relativizado, fortalece o fascismo, assim como o racismo. Pensar no negacionismo

no holocausto, nos remete a pensar em outras formas de negacionismo: da desigualdade social, da ditadura militar, da escravidão, da tortura, entre outros. As memórias dos sobreviventes que viveram os horrores da guerra são colocadas a prova, desprezar esse sofrimento e as marcas cruéis que ficaram é violentá-los novamente.

Os negacionistas muitas vezes usam técnicas e estratégias para manipular e ludibriar a opinião pública e as pessoas que não têm o hábito de pensar criticamente e questionar as informações que recebem, denominadas de *fake News*. Uma dessas técnicas é a criação de conteúdo enganoso ou manipulativo, como vídeos e postagens em redes sociais, que distorcem a verdade e apresentam informações falsas ou incompletas. Esses conteúdos muitas vezes apelam para emoções e sensações, em vez de fatos objetivos, para influenciar a opinião das pessoas.

Muitas vezes procuram desacreditar dos cientistas e especialistas que se opõem às suas opiniões, questionando sua integridade, objetividade ou motivações. Eles podem usar argumentos falaciosos, como ataques pessoais, generalizações exageradas ou falsas equivalências, para reforçar suas crenças e minar as evidências contrárias:

O negacionismo científico acontece quando a crítica ao consenso tem bases frágeis ou inexistentes, é contumaz – ou seja, os autores insistem nela, mesmo depois que seus argumentos são devidamente corrigidos ou refutados – e torna-se grave quando se converte em espetáculo: o negacionista, incapaz de convencer os especialistas que realmente entendem do assunto, decide censurar os fatos ou, se for incapaz de fazê-lo, acaba levando seu caso para o tribunal da opinião pública (Pasternak; Orsi, 2021, p. 9, grifos dos autores).

O negacionismo científico se torna grave quando se transforma em um espetáculo midiático, com a disseminação de informações falsas ou distorcidas em redes sociais, programas de televisão ou outros meios de comunicação, gerando confusão e desinformação à população.

Pasternak e Orsi (2021, p.57), revisita uma questão muito atual e visível:

A história do negacionismo organizado – a mobilização estratégica de recursos humanos e financeiro, a manipulação da mídia, o apelo a falsas equivalências, o uso descarado da mentira e da desonestidade – não pode ser separada da história do tabaco, em geral, e do cigarro, em particular. O fato de o tabaco continuar a ser a maior causa de mortes evitáveis do mundo até hoje é um testemunho da eficácia dessas estratégias. A miséria humana ainda vai cheirar a fumaça de cigarro por muito tempo.

Durante décadas, a indústria do tabaco por exemplo negou os danos causados pelo fumo e manipulou informações para confundir o público, financiando pesquisas fraudulentas, criaram organizações de fachada para promover a falsa ideia de que o fumo não causava danos à saúde e pressionaram políticos e governos a não tomarem medidas regulatórias.

Como resultado, milhões de pessoas morreram prematuramente de doenças relacionadas ao tabaco. O negacionismo científico da indústria do tabaco teve consequências graves e duradouras, demons-

trando como a negação de evidências científicas pode ter um impacto direto na saúde pública e na vida das pessoas.

Além do tabaco, o negacionismo também está relacionado a outros temas importantes, como as mudanças climáticas, a eficácia das vacinas e a segurança dos alimentos transgênicos. Negar ou ignorar evidências científicas nessas áreas pode ter consequências graves para a saúde pública, o meio ambiente e a economia global.

Alguns autores referem-se ao termo obscurantismo frequentemente utilizado em discussões sobre a relação entre ciência, tecnologia e sociedade. Segundo Dicio online Língua Portuguesa (2025), obscurantismo significa: “estado de espírito refratário à razão e ao progresso. Doutrina daqueles que não desejam que a instrução penetre na massa do povo; doutrina contrária ao progresso intelectual e material. Estado completo de ignorância”.

É preciso esclarecer que a ciência não é uma questão de opinião, e nem política, a ciência nos protege do obscurantismo, isso se evidenciou no que diz respeito as vacinas contra a covid. A ciência é um método de investigação baseado em evidências e dados empíricos, e não uma questão de opinião ou crença pessoal. É por meio da ciência que podemos entender e controlar doenças, desenvolver tecnologias mais sofisticadas e melhorar a qualidade de vida da população.

Neste sentido, que a escola tem um papel importante na formação de indivíduos críticos e conscientes. Ela deve ser um espaço de pensamento crítico, onde os alunos possam aprender a questionar e a refletir sobre o mundo a sua volta. Por meio de uma educação crítica é possível formar indivíduos capazes de tomar decisões informadas e responsáveis, contribuindo assim para o avanço da ciência e o combate ao obscurantismo, garantindo acesso a todos para conseguirem pensar criticamente, não sendo disseminadores de notícias falsas pautadas no conhecimento popular. Cabe, no entanto, acrescentar “[...] que o obscurantismo não luta apenas contra a ciência e a arte, mas contra qualquer ideia, atividade, atitude, visão de mundo que possa incentivar as pessoas a questionarem se a sociedade e a vida poderiam ser diferentes do que são na atualidade” (Duarte; Saviani, 2021, p.90).

O obscurantismo busca manter a condição e impedir a transformação social e a busca por novas formas de pensamento e de organização da sociedade. Para isso, ele se opõe a qualquer ideia, atividade, atitude ou visão de mundo que possa incentivar as pessoas a questionarem a realidade atual e buscar novas formas de organização da sociedade. Portanto, a luta contra o obscurantismo não é apenas uma questão de defesa da ciência, mas também uma luta pela liberdade de pensamento, pela diversidade cultural e pela possibilidade de construir um mundo mais justo e igualitário.

A rigor, podemos considerar que negacionismo e obscurantismo, negam a realidade, se concentra em negar fatos ou evidências científicas estabelecidas, enquanto o obscurantismo busca impedir o acesso à informação e ao conhecimento para manter a ignorância e a desinformação como formas de controle social. Ambos podem levar a graves consequências, incluindo prejuízos à saúde pública, à democracia e à busca por soluções eficazes para problemas reais como os da educação.

A educação, em especial a escola, tem um papel importante na formação da consciência crítica dos indivíduos, possibilitando o acesso ao conhecimento e à compreensão da realidade social e histórica. Todavia, historicamente, a escola foi utilizada como instrumento de manutenção das desigualdades sociais, reproduzindo as estruturas de poder e controle da sociedade. Além disso, a universidade, por muito tempo, foi elitizada e restrita a poucos indivíduos privilegiados, dificultando o acesso da classe trabalhadora ao conhecimento científico e à formação superior.

Infelizmente, há ainda a desigualdade social, que muitas vezes impede o acesso à educação e ao conhecimento científico para determinados grupos da população, limitando assim suas oportunidades de desenvolvimento e participação na sociedade.

A “pós - verdade”, vem tomando proporções preocupantes, presenciamos isso na pandemia, com o desprezo das recomendações da OMS (Organização Mundial de Saúde) no que diz respeito as aglomerações da população e ao uso de medicamentos sem a comprovação científica, em que as emoções e crenças pessoais têm mais influência sobre a opinião pública do que os fatos objetivos.

Se olharmos para os negacionistas da ciência hoje, vemos que as motivações diferem, mas o efeito é o mesmo, porque significa que a ciência está sendo posta de lado. Este cenário de avanço do negacionismo científico e da pós – verdade coloca a educação escolar ainda mais desafios, entre eles, resgatar o papel da escola pública:

[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (Saviani, 2011, p. 13).

Concordando com a ideia do autor acima, garantir que a escola cumpra o papel educativo de forma adequada, oferecendo uma educação crítica e emancipatória que permita aos alunos compreender e transformar a realidade em que vivem. Para isso, é necessário investir em uma formação de qualidade para os professores, em uma estrutura escolar adequada e em uma política educacional que valorize a educação pública e a democratização do acesso ao conhecimento.

O autor esclarece de forma pontual sobre como se dá a transmissão do conhecimento dosado e sequenciado, de modo que seja efetivo e adequado ao estágio de desenvolvimento dos alunos, para que eles possam assimilá-lo gradativamente. Destaca que a existência do saber sistematizado não é suficiente para haver escola, é preciso também que haja a viabilização das condições para a transmissão e assimilação desse saber.

A produção e divulgação de informações falsas sempre atende as intenções de determinado grupo, sendo um processo sofisticado de desinformação atacando os consensos científicos em benefícios aos interesses políticos – ideológicos. Produzem explicações que as pessoas desejam que sejam verdades, mesmo que

as evidências venham desmenti-las, essas afirmações sem comprovação científica pressupõe uma visão reducionista da ciência, desprezando o conhecimento científico, contudo, para quem recebe essas informações, essas traduzem-se em verdades e acreditam, duvidando muitas vezes do científico.

O negacionismo se configura em um projeto de poder, movido pelos interesses econômicos, em que aliena os sujeitos no consumismo. Nesse sentido, a ciência é deslegitimada por muitos e o obscurantismo se torna uma realidade que ataca a sociedade. Com o avanço da tecnologia, a “internet” e às redes sociais, qualquer um pode se comunicar com a sociedade, por meio de “blogs”, vídeos e outras formas de plataformas variadas disponíveis.

A negação dos fatos científicos afeta diretamente as pessoas, pois, além da desinformação das notícias falsas chamadas de “*fake News*”, intencionais ou não, dificultam a compreensão das pessoas em diferenciais, o que é falso, do que verdadeiro, é o ataque a educação, cultura, ciência e tecnologia.

Sabemos que este é um grande desafio nas escolas públicas, tendo em vista o contexto de grande desigualdade social e econômico. A crise atinge investimentos na educação em todos os níveis, em pesquisas, contudo, não podemos esperar pelas condições ideais, precisamos nas condições e meios que temos de disseminar e popularizar a ciência, essa se aproximando da sociedade:

As justas e indispensáveis reações ao obscurantismo no campo da educação escolar e, mais especificamente, no que se refere às discussões sobre currículo escolar correm o risco de cair na armadilha dos obscurantistas se simplesmente insistirem na necessidade de a escola debater os temas que a censura reacionária quer eliminar do ambiente escolar (Duarte; Saviani, 2021, p.92).

Os obscurantistas costumam utilizar essas discussões para desviar a atenção da sociedade dos seus verdadeiros objetivos, sendo a manutenção do *status quo* e a perpetuação da desigualdade social. Por isso, é preciso não apenas discutir os temas em questão, mas também questionar e combater a lógica e a ideologia que estão por trás do obscurantismo.

Para atingir as pessoas é preciso postar conteúdos com a linguagem certa e a formatação ideal para o público que se quer atingir, pois, as redes sociais tornaram-se campo de disputa. Simultaneamente, cabe aos educadores que se colocam no campo do marxismo realizar o segundo movimento, que implica reorganizar a prática educativa de modo a viabilizar o acesso ao saber elaborado por parte das camadas dominadas, em especial o proletariado. Isso significa que a educação deve ser pensada como um instrumento de transformação social, capaz de contribuir para a emancipação das classes dominadas e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para isso, é imprescindível que a educação seja orientada por uma perspectiva crítica e emancipatória, que permita aos estudantes o acesso não apenas ao conhecimento científico, mas também ao conhecimento histórico e social, que lhes permita compreender a realidade em que vivem e atuar de forma consciente e transformadora. É importante lembrar que essa tarefa não pode ser realizada de forma isolada pelos educadores, mas exige a participação ativa dos próprios estudantes e da comunidade escolar na totalidade.

A premissa da escola é o saber objetivo, esses apropriados individualmente, pode contribuir para a compreensão da realidade, portanto, da emancipação humana, nesta direção a escola pública representa um instrumento fundamental para transformação da sociedade. Por isso:

A escola tem o papel de possibilitar o acesso das novas gerações ao mundo do saber sistematizado, do saber metódico, científico. Ela necessita organizar processos, descobrir formas adequadas a essa finalidade. Essa é a questão central da pedagogia escolar. Os conteúdos não representam a questão central da pedagogia, porque se produzem a partir das relações sociais e se sistematizam com autonomia em relação à escola. A sistematização dos conteúdos pressupõe determinadas habilidades que a escola normalmente garante, mas não ocorre no interior das escolas de educação básica (Saviani, 2011, p.66).

Abordado acima o papel da escola, é de extrema importância que as novas gerações tenham acesso ao saber sistematizado e científico, produzido pelas relações sociais e organizado em forma de conteúdos. Portanto, precisa organizar processos e descobrir formas adequadas para garantir esse acesso ao saber.

A escola, como instituição com o papel de democratizar o acesso ao conhecimento, tem uma função importante na formação de indivíduos capazes de produzir e utilizar o saber sistematizado de forma crítica e reflexiva. Quando a escola falha nessa missão, a classe trabalhadora fica excluída do acesso a esses instrumentos, impedindo sua ascensão social e a perpetuação da desigualdade. Nesse sentido, a escola deve ter como objetivo não apenas ensinar conteúdos, mas também fornecer recursos para a compreensão crítica do mundo e para a transformação social.

Ademais, é preciso ressaltar que os filhos da classe trabalhadora não têm condições de frequentar outros espaços de conhecimento, a não ser a escola pública. É um espaço de construção coletiva do conhecimento e de formação de sujeitos críticos e transformadores da realidade social. É preciso valorizar e fortalecer a escola pública como um espaço essencial para a promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades.

Notoriamente, são os alunos das classes menos favorecidas que engrossaram as estatísticas de evasão, repetência, fica evidente, que o compromisso político com a educação pública permanece nos discursos. Nesta direção, o Saviani aborda: “... preocupar-se com a educação significa preocupar-se com a elevação do nível cultural das massas; significa, em consequência, admitir que a defesa de privilégios (essência mesma da postura elitista) é uma atitude insustentável” (Saviani, 2007, p.7).

Concordando com Saviani, é preciso compreender o momento que estamos vivendo, e isso só é possível olhando para o retrovisor da historicidade de tal forma que possa pensar no futuro, esse enquanto uma construção humana e o homem enquanto ser social produz esse futuro.

Por isso, o estudo da história é fundamental para a formação do indivíduo e da sociedade na totalidade. Por meio da análise dos eventos passados, podemos compreender as causas e consequências das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que ocorreram temporalmente. É fundamental para a construção de uma sociedade crítica, consciente e capaz de compreender e transformar a sua própria realidade.

Diante dessa conjuntura, a divulgação científica é fundamental para a compreensão da importância da ciência na vida cotidiana e para a conscientização da sociedade sobre a relevância da pesquisa científica para o desenvolvimento humano.

É importante que a prática escolar envolva os alunos como sujeitos participativos do conhecimento, contextualizando o conteúdo em sua prática social e estimulando-os a compartilhar esse conhecimento com suas famílias e comunidade. A divulgação científica pode contribuir para aproximar a ciência da sociedade, despertando o interesse e a curiosidade das pessoas pelo conhecimento científico, além de promover uma cultura de valorização da ciência e da tecnologia.

Além disso, é importante que a linguagem e as atividades propostas sejam adequadas à idade e ao nível de desenvolvimento dos alunos, para que eles possam compreender de forma clara e significativa os conceitos científicos abordados.

É nesse cenário que se destaca o papel da escola pública como espaço fundamental para a democratização do saber. A seguir, discutiremos “A Escola Pública e a Disseminação do Conhecimento Científico”, ressaltando sua função social na (re)construção de uma cultura científica acessível, crítica e comprometida com a formação cidadã.

4 A ESCOLA PÚBLICA E A DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Em um cenário contemporâneo marcado por rápidas transformações sociais e desafios crescentes, a escola pública desempenha um papel essencial na disseminação do conhecimento científico, tornando-se ainda mais relevante na atualidade, em que o negacionismo científico tem ameaçado comprometer a compreensão fundamentada da realidade. Pasternak e Orsi (2021, p. 9), ponderam que “[...] o negacionismo científico acontece quando a crítica ao consenso tem bases frágeis ou inexistentes [...] o negacionista [...] decide censurar os fatos ou, se for incapaz de fazê-lo, acaba levando seu caso para o tribunal da opinião pública)”.

O negacionismo científico se torna grave quando se transforma em um espetáculo midiático, com a disseminação de informações falsas ou distorcidas em redes sociais, programas de televisão ou outros meios de comunicação. Isso pode gerar confusão e desinformação para a população em geral, afetando a saúde pública, o meio ambiente e outros setores da sociedade. Ademais, “[...] o negacionismo não é apenas ignorância, mas a produção induzida (política e culturalmente) da desinformação, que tem como objetivo atacar as teorias científicas” (Andrade; Diniz; Santos, 2022, p. 120).

Na contramão dessa perspectiva tenebrosa, a valorização do conhecimento científico possibilita uma educação de qualidade no sentido de resistir ao obscurantismo. É fulcral reconsiderar o papel desempenhado pela escola pública na sociedade contemporânea, haja vista que essa instituição não se limita à transmissão de conhecimento, pois o processo educativo permeia as relações sociais e se entrelaça com a experiência de vida em sociedade. Na condição de instituição educacional, a escola é impactada pela dinâmica social, marcada por diversas contradições, estando imersa nesse contexto complexo e em constante transformação.

Com relação à rejeição histórica ao papel da ciência, é inegável que essa desempenha uma função essencial na sociedade contemporânea, impulsionando avanços tecnológicos e descobertas que transformam vidas e moldam o curso da história. No entanto, a escola pública é resultado de lutas coletivas e está a serviço da coletividade, proporcionando acesso ao conhecimento sistematizado e promovendo a socialização da cultura universal. Assim sendo, a ciência deve ser o centro do processo formativo¹.

Outro marco importante e sólido no delineamento dos rumos educacionais no Brasil foi o estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), promulgada em 1996. Nesse documento, encontramos os alicerces que orientam desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, estabelecendo princípios que visam a promover a educação como direito de todos e dever do Estado. Além de consolidar os preceitos constitucionais, a LDBEN de 1996 reflete o compromisso em proporcionar uma educação de qualidade, a formação crítica dos estudantes e a valorização dos profissionais da educação.

Entre os principais objetivos da LDBEN estão a promoção da educação como direito de todos e dever do Estado, a melhoria da qualidade do ensino, a formação crítica e cidadã dos estudantes e a valorização dos profissionais da educação. Ademais, a lei busca promover a igualdade de acesso à educação e a redução das desigualdades educacionais no país.

Em 2001, a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro, que integra o Plano Nacional da Educação (PNE), viabilizou importantes transformações para o cenário educacional brasileiro. Uma de suas principais propostas foi a ampliação da duração do Ensino Fundamental para nove anos, com a obrigatoriedade do ingresso aos seis anos. Posteriormente, em 2005, a Lei Federal nº 11.114 foi sancionada, alterando a redação de alguns artigos da LDBEN de 1996 e reforçando a necessidade da matrícula no Ensino Fundamental a partir dos seis anos. Ambas as legislações refletem um compromisso do país em promover uma educação mais abrangente, inclusiva e alinhada às necessidades do desenvolvimento infantil.

De acordo com Alves (2006), essas leis enfatizam a função social da escola pública, mas em uma sociedade permeada pelas diferenças sociais. A escola vem se transformando em um importante local de lazer e de convivência social para as crianças e jovens. Na realidade, para o autor, “[...] o espaço escolar tornou-se o único local reservado para eles na sociedade” (Alves, 2006, p. 207).

A escola pública é um patrimônio da sociedade e um importante instrumento de transformação social. Ainda que submetida às pressões do capital, é a principal fonte de acesso ao saber científico para milhões de brasileiros. Ela cumpre um papel fundamental que é “[...] possibilitar o acesso das novas gerações no mundo do saber sistematizado, do saber metódico, científico” (Saviani, 2021, p. 66). Com essa apropriação, os educandos passam desenvolver uma compreensão mais aprofundada e crítica do conhecimento, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da sociedade como um

¹ Esses direitos são garantidos inclusive pela Constituição Federal (CF) de 1988, que estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, à sua preparação para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1998). Frigotto (1999) também ressalta que “[...] a educação e a formação humana são definidas pelas necessidades do processo de acumulação de capital ao longo das diferentes formas históricas de sociabilidade” (Frigotto, 1999, p.30).

todo. Para isso, a escola deve “[...] organizar processos, descobrir formas adequadas a essa finalidade” (Saviani, 2021, p.66).

Nessa perspectiva, a escola pública e a educação em geral são partes integrantes de um sistema complexo que visa a formar indivíduos para o mercado de trabalho e para a manutenção das relações sociais capitalistas. No entanto, é fundamental ressaltar que isso não impede que a educação e a escola pública desempenhem um papel crítico e transformador na sociedade. Pelo contrário, é possível conceber práticas educativas que questionem a lógica do capitalismo, promovam a consciência crítica e preparem os indivíduos para a transformação social.

Saviani (2011) destaca que “[...] a escola deve ser o lugar onde os professores têm condições para ensinar” (Saviani, 2011, p. 145). Contudo, isso requer recursos como material didático atualizado, espaços adequados, equipamentos tecnológicos e uma equipe de profissionais qualificados, incluindo professores, gestores e funcionários.

A relação entre educação e trabalho é intrínseca, pois ambas são atividades fundamentais na história e na experiência humana. Como mencionado por Mészáros (2008), “[...] educação e trabalho estão diretamente relacionados como atividades históricas e humanas. Portanto, é necessário romper com a lógica do capitalismo para criar uma alternativa educacional significativamente diferente” (Mészáros, 2008, p. 27). Isso implica repensar as estruturas e os objetivos do sistema educacional, visando a uma educação que prepare os estudantes para serem cidadãos críticos capazes de enfrentar os desafios contemporâneos e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A função social da escola é especificamente educativa, centrada na socialização do conhecimento científico e na organização do trabalho pedagógico, tornando esse saber acessível aos educandos. Em uma perspectiva crítica, essa contribuição visa ao desenvolvimento da consciência, adquirida por meio do ensino objetivo, já que, sem esse saber, a maioria da população não terá acesso a ele em nenhum outro ambiente além da escola (Saviani, 2021).

O referido autor destaca que “[...] a escola desempenha papel fundamental, pois é ela que abre, por meio da alfabetização, as portas da cultura letrada no âmbito da qual se dá a elaboração do saber e o desenvolvimento do conhecimento científico” (Saviani, 2011, p. 136). Vivenciamos um momento histórico que demanda uma constante reafirmação da importância da escola pública e da ciência. As notícias falsas e as pós-verdades², disseminadas principalmente pela internet, desafiam a busca pela verdade objetiva, recorrendo a crenças individuais e sentimentos pessoais. A pós-verdade, ao se basear em meias-verdades ou informações descontextualizadas, cria narrativas convincentes, porém, distantes da realidade. Isso impacta significativamente a opinião pública e decisões cruciais, como as eleições e as políticas públicas, por exemplo.

² A Academia Brasileira de Letras (ABL) define pós-verdade como “[...] informação ou asserção que distorce deliberadamente a verdade, ou algo real, caracterizada pelo forte apelo à emoção, e que, tomando como base crenças difundidas, em detrimento de fatos apurados, tende a ser aceita como verdadeira, influenciando a opinião pública e comportamentos sociais” (Pós-verdade [...], 2023).

Diante dessa conjuntura, a divulgação científica é primordial para a compreensão da importância da ciência na vida cotidiana e para a conscientização da sociedade sobre a relevância da pesquisa científica para o desenvolvimento humano. É necessário que a prática escolar envolva os alunos como sujeitos participativos do conhecimento, contextualizando o conteúdo em sua prática social e estimulando-os a compartilhar esse conhecimento com suas famílias e comunidade. Além disso, divulgação científica pode contribuir para aproximar a ciência da sociedade, estimulando o interesse e a curiosidade das pessoas pelo conhecimento científico, além de promover uma cultura de valorização da ciência.

Nesse sentido, torna-se essencial refletir sobre o papel da escola pública como um espaço de resistência e de transformação social. A seguir, discutiremos como a escola pública pode enfrentar as desigualdades, fortalecer a cidadania e promover práticas pedagógicas que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, crítica e democrática.

5 A ESCOLA PÚBLICA: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A escola pública exerce uma função social fundamental que ultrapassa o ensino formal, configurando-se como um espaço estratégico de resistência cultural, política e social. Esse papel é particularmente fundamental em um contexto marcado por retrocessos nas políticas educacionais e pelo avanço do negacionismo científico. Como instituição pública, a escola tem a responsabilidade de democratizar o acesso ao conhecimento sistematizado e de formar cidadãos críticos, capazes de compreender e transformar a realidade social (Frigotto, 2017).

Nesse sentido, a escola pública constitui um campo de disputa ideológica, onde se confrontam concepções divergentes acerca da função da educação, do currículo escolar e do perfil do estudante ideal. As tentativas de desvalorizar a educação pública, enfraquecer a função social do magistério e reduzir o conhecimento científico a discursos utilitaristas representam ataques diretos à possibilidade de formação de uma consciência crítica e emancipatória. No entanto, a resistência da escola pública reside em sua capacidade de manter viva a prática pedagógica comprometida com a justiça social e a igualdade (Saviani, 2003).

A resistência cultural na escola pública manifesta-se, ainda, na valorização das diversidades sociais e culturais dos estudantes, promovendo um ambiente que reconhece e respeita essas diferenças. Ao mesmo tempo, orienta os estudantes à apropriação dos saberes historicamente acumulados, desempenhando papel decisivo na desconstrução de preconceitos, desigualdades e práticas excludentes presentes no espaço escolar. Dessa forma, a escola pública constitui um espaço de formação intelectual, ética e política, ampliando as possibilidades de participação social ativa e consciente (Libâneo, 2006).

Ademais, a escola pública pode ser configurada como espaço privilegiado para o fortalecimento do pensamento crítico. Por meio de práticas pedagógicas que estimulam o debate, a problematização e a reflexão, prepara os estudantes para enfrentar desafios contemporâneos, tais como o negacionismo científico, a desinformação e a crise das instituições democráticas. Nesse processo, a escola contribui para a formação de sujeitos capazes de questionar, resistir e transformar as condições sociais injustas (Duarte, 2007).

É fundamental destacar que a escola pública, enquanto parte integrante da estrutura social capitalista, está imersa nas contradições da luta de classes. Assim, sua função pedagógica não pode ser desvinculada das condições materiais e das relações sociais que moldam a sociedade. Nesse cenário, reafirmar o papel da escola como espaço de resistência e transformação social torna-se imperativo para garantir que a educação cumpra sua função histórica de promover a emancipação humana e a construção de uma sociedade mais justa, democrática e plural. Para tanto, são necessárias políticas públicas que valorizem o ensino público, fortaleçam a formação docente crítica e assegurem o acesso universal ao conhecimento sistematizado.

A PHC reforça essa perspectiva ao afirmar o papel clássico da escola como espaço de transmissão e apropriação da cultura. O professor, ao compreender sua prática como ação política, torna-se essencial na luta por uma educação emancipatória. Silva (2018, p. 32-33) afirma que:

A escola é concebida como espaço de humanização na medida em que deve inserir o aluno no mundo da cultura, como espaço de apropriação da cultura, instrumento principal para viabilizar o acesso à cultura. Nessa tarefa, o professor é essencial ao compreender os vínculos de sua prática com a prática social, entendendo ação educacional essencialmente como luta política. Assim, a PHC reafirma o papel clássico da escola, isto é, o de transmissão do patrimônio cultural, filosófico, científico e estético produzido e acumulado pelo gênero humano.

Essa compreensão sustenta a centralidade da escola pública na democratização do acesso ao saber historicamente acumulado, atribuindo ao professor a responsabilidade de atuar como agente ativo na formação crítica dos sujeitos e na transformação da realidade social. Contudo, como enfatiza Duarte (2021, p. 27-28), “ [...] a escola em si não faz a revolução, mas lutar para que a escola transmita os conteúdos clássicos é uma atitude revolucionária” .

Assim, quando os conhecimentos são colocados a serviço da emancipação e do desenvolvimento da consciência crítica da classe trabalhadora, tornam-se instrumentos de luta contra a alienação e a dominação.

Diante do cenário contemporâneo marcado pelo negacionismo científico e pela precarização do trabalho docente, a prática educativa deve orientar-se pela mediação crítica e contextualizada dos conteúdos escolares. Isso implica promover a transmissão do saber articulando a compreensão de seus processos históricos e sociais de construção. Os educadores devem enfrentar as *fake news*, as pós-verdades e as concepções pseudocientíficas mediante a apresentação de dados consistentes, o estímulo à leitura crítica e a reflexão teórica. Nesse contexto, a valorização do método científico como instrumento de análise da realidade e de combate às distorções ideológicas assume caráter formativo imprescindível para a consolidação de uma educação crítica, comprometida com a emancipação humana.

Neste cenário, a escola, como instituição com o papel de democratizar o acesso ao conhecimento, tem uma função importante na formação de indivíduos capazes de produzir e utilizar o saber sistematizado de forma crítica e reflexiva. Quando a escola falha nessa função, a classe trabalhadora fica excluída do acesso a esses instrumentos e a perpetuação da desigualdade é reforçada. Nesse sentido, a escola deve

ter como objetivo não apenas ensinar conteúdos, mas também fornece recursos para a compreensão crítica do mundo e para a transformação social.

Nesta direção, o Saviani sintetiza que “preocupar-se com a educação significa preocupar-se com a elevação do nível cultural das massas; significa, em consequência, admitir que a defesa de privilégios (essência mesma da postura elitista) é uma atitude insustentável” (Saviani, 2007, p.7).

Concordando com o autor, é preciso compreender o momento que estamos vivendo, e isso só é possível olhando para o retrovisor da historicidade de tal forma que possa pensar no futuro, esse enquanto uma construção humana e o homem enquanto ser social produtor do seu futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida evidenciou que o trabalho docente, inserido nas contradições do modo de produção capitalista, configura-se como um campo estratégico de disputa ideológica e resistência no contexto educacional contemporâneo. Marcado pela ofensiva ideológica do negacionismo científico e pela crescente desvalorização da escola pública, o processo educativo tem sido submetido a lógicas mercadológicas que instrumentalizam o conhecimento e precarizam as condições de trabalho do professor, comprometendo sua função social emancipatória.

Partindo do referencial teórico da PHC, fundamentada no materialismo histórico-dialético, reafirma-se a necessidade de uma formação docente que ultrapasse a dimensão meramente técnica e instrumental, assumindo um compromisso político com a emancipação humana e a elevação da consciência de classe. A escola pública deve ser reafirmada como espaço privilegiado de mediação entre os sujeitos e o saber historicamente produzido, resistindo às forças hegemônicas que naturalizam as desigualdades sociais e restringem a autonomia pedagógica dos educadores.

As condições objetivas do trabalho docente, marcadas pela precarização, intensificação das avaliações externas, crescente burocratização e insuficiência de políticas efetivas de formação continuada, atuam como entraves significativos para a realização de uma prática pedagógica crítica e transformadora. Tal conjuntura revela a necessidade urgente de políticas públicas que valorizem o magistério e garantam uma formação docente contínua, integrada e politicamente engajada, capaz de articular teoria e prática na superação das contradições estruturais do capitalismo.

Em face dos apontamentos, e em um contexto marcado pelo negacionismo e pela disseminação de informações falsas, a escola pública deve assumir um papel essencial na promoção do pensamento crítico e na consolidação de uma compreensão sólida da ciência. Essa instituição desempenha um papel fundamental na socialização do saber.

O conhecimento científico e sua disseminação são fundamentais na ampliação de nossa compreensão do mundo, abrangendo a forma como percebemos a natureza, a essência humana, a dinâmica da coletividade e nossas perspectivas de futuro. A PHC contribui significativamente para a disseminação do

conhecimento científico, com o objetivo de elevar o nível cultural dos trabalhadores, promovendo sua humanização e emancipação, o que lhes possibilita expressar seu projeto de sociedade. Sabemos que este é um grande desafio nas escolas públicas, considerando o contexto de grande desigualdade social e econômica. O obscurantismo luta contra a ciência, a arte, bem como contra toda forma de questionamento da forma de ser da sociedade atual.

Diante dessa conjuntura, a divulgação científica é de grande relevância para a compreensão da importância da ciência na vida cotidiana e para a conscientização da sociedade sobre a relevância da pesquisa científica para o desenvolvimento humano. É imprescindível que o trabalho escolar envolva os alunos como sujeitos ativos do conhecimento, contextualizando o conteúdo em sua prática social e estimulando-os a compartilhar esse conhecimento com suas famílias e comunidade. A divulgação científica pode contribuir para aproximar a ciência da sociedade, além de promover uma cultura de valorização da ciência e da tecnologia.

Desmistificar e tornar mais acessível o conhecimento científico é uma tarefa fundamental para combater o negacionismo e contribuir para uma sociedade mais informada e consciente. Astrologia, feitiçaria, misticismo, superstição, alquimia e bruxaria são exemplos de pseudociências. O definhamento da ciência tem sido uma tendência global. Diferente da ciência, que reconhece seus erros e reformula suas hipóteses, a pseudociência não admite questionamento e se coloca sempre na defensiva.

Grosso modo, podemos considerar que a ciência é uma forma de pensar e um sistema de alerta contra superstições. Trata-se de um método rigoroso para analisar fenômenos naturais e sociais, visando enfrentar os desafios da contemporaneidade. Em um mundo povoado por superstição, pseudociências, *fake news* e pós-verdades, desvelar essa realidade não deixa de ser um ato de coragem no enfrentamento da pseudociência.

Podemos considerar que a escola foi uma das instituições sociais mais poderosas do século XX. Nesse enfrentamento, diferentes ações podem ser utilizadas, como o debate e a produção de materiais didáticos para disseminar informações científicas de forma clara e acessível. Além disso, é importante trabalhar na formação crítica dos alunos, possibilitando que questionem e analisem as informações que recebem, distinguindo as fontes fidedignas das que não são. A luta contra o negacionismo é, sem dúvida, uma responsabilidade coletiva que exige a união de esforços de todos os setores da sociedade, não devendo ser uma tarefa exclusiva da escola.

Para trabalhar na formação crítica dos educandos, é preciso partir da ideia de que a educação não é apenas uma transmissão de conhecimentos, mas um processo de formação do pensamento crítico e da consciência social. Além disso, é fundamental trabalhar a capacidade dos alunos de analisar criticamente as informações presentes nas mídias e em outras fontes, identificando seus possíveis vies ideológicos e interesses por trás da mensagem.

Condenar a escola como desatualizada frente à realidade parece querer desqualificá-la de sua importância histórica. Devemos compreender a escola contemporânea como uma instituição popularizadora da ciência e do conhecimento científico, considerando-o como um patrimônio da humanidade.

Diante do cenário atual de crítica à escola, nossa formulação é que a escola pública tem um papel central na melhoria da sociedade e no enfrentamento das desigualdades, na construção de uma nova sociedade em favor da civilização e contra a barbárie. A luta pela escola pública, gratuita, laica e acolhedora para todos coincide, portanto, com a luta pela humanização do aluno, especialmente daqueles pertencentes às classes populares.

Recuperar a função clássica da escola, aquilo que se firmou como fundamental, como essencial, que resistiu ao tempo, ou seja: transmitir os conhecimentos mais desenvolvidos que já tenham sido produzidos e acumulados pela humanidade deve ser o centro das ações educacionais, tendo a ciência como aspecto humanizador do indivíduo, conforme preconiza a Pedagogia Histórico-crítica a partir de seu formulador, Dermeval Saviani.

Neste cenário teremos que enfrentar três narrativas que estão crescendo na sociedade: 1. De que a escola não é importante, portanto, de que ela não é necessária. Precisamos recuperar a ideia da especificidade e natureza da escola como espaço de humanização, chamada por Saviani como a segunda humanização. Escola não é igual a nossa casa, exige concentração, disciplina, espaço de acesso ao saber cultural e científico. Escola é lugar de convivência, do espaço público, da democracia, do encontro, da liberdade, não deve estar a serviço de partido ou de demandas de mercado; 2. De que ela deve preparar para o trabalho. Neste movimento de superação, devemos avançar para além do ideário de que a escola deve formar para o trabalho: a escola deve formar para um mundo em transformação, em defesa da igualdade, do meio ambiente, em defesa do planeta em tempos de mudanças climáticas extremas, da solidariedade, do tempo livre; 3. Por fim, talvez a tarefa mais difícil, isto é, contra a substituição da escola pelas tecnologias, a exemplo da inteligência artificial.

Outras lutas, não menos importantes, devem se somar em defesa da escola pública e da ciência. Por fim, partilhando do pensamento de Mészáros (2008, p. 67), ressaltamos que não existe um momento ideal ou um período favorável para iniciar o intento de lutar pela melhoria da qualidade da educação. “Um avanço pelas sendas de uma abordagem à educação e à aprendizagem qualitativamente diferente pode e deve começar ‘aqui e agora’ [...]”.

A resistência cultural e política na escola pública, sustentada por uma formação docente crítica e comprometida, constitui condição indispensável para a superação das desigualdades estruturais e para a consolidação do conhecimento científico enquanto vetor de transformação social. O compromisso ético-político dos professores, orientado pelos princípios da PHC, é elemento fundamental para a construção de uma educação pública democrática, emancipatória e socialmente relevante, capaz de formar sujeitos críticos, historicamente situados e engajados na luta por uma sociedade justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. 4. ed. Campinas: SP: Autores Associados, 2006.
- ANDRADE, Leandro Braga; DINIZ, Leonardo Gabriel; SANTOS, Raphael Freitas. Reflexões sobre a comunicação pública de ciência e o negacionismo. *In: SANTOS, Marcus. Vinicius; OLIVEIRA, Cardoso Marisa; BRUCK, Mozahir. Salomão. (orgs.). Dossiê contra o negacionismo da ciência: a importância do conhecimento científico*. Belo Horizonte, MG: Editora PUC Minas, p. 124-130, 2022.
- ARROYO, Miguel Gaudêncio. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo Escolar da Educação Básica 2022: resumo técnico*. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/acesso-em-25/02/2025>.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 25/02/2025.
- BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Acesso em 25/02/2025.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília, DF: MEC, 2017. Acesso em 25/02/2025.
- DUARTE, Newton. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuições à teoria histórico-crítica do currículo**. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.
- DUARTE, Newton; SAVIANI, Dermeval. **Conhecimento Escolar e Luta de Classes**. 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.
- BRASIL. **FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)**. *Balanço de gestão FNDE 2023*. Brasília: FNDE, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/estrategia-governanca/um-ano-de-gestao-de-fnde>. Acesso em 25/02/2025.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” Partido – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democracia e educação: uma pedagogia do compromisso**. São Paulo: Cortez, 2006.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MORAES, E. C.; CARNEIRO, E. M. (2018) A evolução do jornalismo na divulgação científica. *In: VOGT, Carlos.; GOMES, Marina.; MUNIZ, Ricardo. (orgs.). ComCiência e divulgação científica*. Campinas, SP:BCCL, Unicamp, 2018. p. 189-198.
- NEGACIONISMO: *In. DICIO, Dicionário Online de português*. Porto:7Graus. 2025. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/negacionismo/> Acesso em 25/02/2025.
- OBSCURANTISMO: *In. DICIO, Dicionário Online de português*. Porto:7Graus. 2025. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/obscurantismo/> Acesso em 25/02/2025.
- ORSO, Paulino José. Sociedade, Educação e Transformação Social. *In: BERTONI, Lucia Maria; COUTINHO, Lucia Cristina Salvatti; SILVA, Regis Henrique Reis Silva (orgs.). Ciência, Educação e Lutas de Classes: desafios e perspectivas de resistência*. Uberlândia: Navegando Publicações, p.95-103, 2024.

- PASTERNAK; Natalia; ORSI, Carlos. **Contra a realidade**: A negação da ciência, suas causas e consequências, 1 ed. Campinas, SP: Papirus 7 mares, 2021.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvaturas da vara e outros ensaios. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 17. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores**: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação, v.14, n.40, jan/abr, 2009.
- SAVIANI, Dermeval. Modo de produção e a pedagogia histórico-crítica. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v.1, n.1, p.110-116, 2009.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. 12. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.
- SILVA, J. C. A Pedagogia histórico-crítica no contexto da luta de classes: contribuições para pensar sobre a escola pública. In: MATOS, N. S. D.; SOUSA, J. F. A.; SILVA, J. C. (orgs.). **Pedagogia histórico-crítica revolução e formação de professores**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2018. p. 23-35.
- SILVA, J. C. (orgs.). **Pedagogia histórico-crítica revolução e formação de professores**. Campinas, SP: Armazém do Ipê. p. 23-35, 2018.
- SILVA, João Carlos. História da Educação no curso de pedagogia: avanços, desafios e perspectivas. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 48, n. 1, e-76, p. 1-28, 2023 Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/68174>. Acesso em: 20 jun. 2025.